

IMPACTOS DA AVALIAÇÃO NACIONAL DO RENDIMENTO ESCOLAR (ANRESC/PROVA BRASIL) ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2009 NA GESTÃO DO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM EM UM MUNICÍPIO BAIANO

Sandra Cristina Lousada de Melo (UCB – BRASIL)

Sandralousada70@hotmail.com

Orientadora: **Prof.^a Dr.^a Beatrice Laura Carnielli** (*in memoriam*)

Orientador: **Prof.^o Dr. Candido Alberto Gomes**

RESUMO

Esta pesquisa procurou investigar os impactos dos resultados da Avaliação Nacional da Aprendizagem Escolar (ANRESC/Prova Brasil), na gestão do processo de ensino-aprendizagem de uma escola municipal do oeste baiano entre os anos de 2007 e 2009. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso que recorreu à análise documental e entrevistas semiestruturadas como instrumentos para a coleta de dados. Os resultados evidenciaram que a Prova Brasil amplia a possibilidade de estabelecer o diálogo para a concretização do regime constitucional de colaboração entre os sistemas de ensino e sugeriram que seus resultados retornem as escolas e se traduzam colaborativamente em ações para superar as dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: ANRESC; Gestão; Prova Brasil.

1 INTRODUÇÃO

No presente cenário educacional há um clima propício para se refletir a respeito das melhorias no processo de ensino-aprendizagem, haja vista que muito tem sido feito para tal avanço, desde os anos 80. A avaliação externa iniciou-se no país com o intuito de fornecer informações para os sistemas de ensino compreenderem melhor a sua realidade e, assim, estabelecerem metas, sistematizarem ações de intervenção e apoio financeiro para superar os problemas apontados.

Nesse contexto, no final dos anos 80, emergem o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e as indagações referentes aos processos de ensinar e aprender e as concepções que orientam a organização curricular, a organização do trabalho escolar, as

sensibilidades dos professores, alunos e os problemas de aprendizagem nas lógicas temporais e nos recortes durante a organização curricular (ARROYO, 2007).

Com a propagação da cultura avaliativa, há uma dinâmica promissora para reorientação dos profissionais da educação básica, por meio de concepções e redefinições de saberes e fazeres pedagógicos, construídos em cursos de formação continuada, respaldados pelo Ministério da Educação – MEC, com incentivo do Banco Mundial, conforme mostra o documento de política para o setor educativo no tocante a crescente concessão para o ensino fundamental e, mais recentemente, o Ensino Médio (TORRES, 2003).

Para a autora, apesar de todas essas políticas e reformas em prol da melhoria da aprendizagem, o mundo da escola e da sala de aula é visto como uma ‘caixa preta’. A prova disso é que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB alcançou, em 2005, a média nacional de 3,8; em 2007, 4,2, e, em 2009, 4,6¹. Os resultados indicam que é preciso aprofundar estudos e reflexões acerca do SAEB, em especial da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC/PROVA BRASIL, como instrumento não abstrato, mas concreto, para efetivar ações direcionadas ao trabalho da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, que são domínios essenciais para que se atinjam metas de qualidade do processo de ensino-aprendizagem em outras áreas do conhecimento. Além disso, já que a escala do IDEB é de zero a dez, esses resultados revelam com nitidez a realidade do desempenho das escolas brasileiras.

Assim, os Municípios, os Estados e a Nação passam a assumir diante da sociedade, o compromisso com a efetivação de políticas e reformas educacionais para a melhoria da qualidade do ensino. Hoje, os indicadores educacionais informam à sociedade aspectos reais que facilitam, por meio de dados estatísticos, uma visão panorâmica da situação revelada, aqui, neste trabalho, referente à educação brasileira.

Entretanto, enquanto o SAEB é amostral, a ANRESC/PROVA BRASIL apresenta-se como uma avaliação censitária que revela o desempenho dos alunos aos níveis municipal, estadual e por escola. Tais avaliações de larga escala fornecem subsídios concretos para a formulação e o monitoramento de políticas públicas voltadas para a educação básica (BRASIL, 2009).

Uma visão clara das instituições de ensino poderá incentivar debates produzidos pelos especialistas de educação, gestores e professores, enfim, um diálogo entre instituições educacionais e Secretarias Estaduais, com o propósito de desenvolverem competências

¹ Classificação dos municípios brasileiros feita com base em todas as escolas. Não há critério de desempate.

técnicas para o bom gerenciamento do processo de ensino – aprendizagem. Diante disso, a falta de um olhar sistêmico, referente às necessidades reveladas pelo IDEB, fomenta o distanciamento e deixa de instruir a alocação de recursos o que reduz a ampliação de políticas de acompanhamento e incentivo à melhoria da educação para todos.

A cultura avaliativa emerge na maioria dos Estados e municípios brasileiros, abrindo possibilidades de novos paradigmas de avaliação e planejamento pedagógico e, por conseguinte, da realização de diagnósticos que permitam conhecer pontos críticos dos sistemas de ensino e monitorar as escolas por meio dos indicadores educacionais. Desse modo, expressa o futuro desejado pela melhoria da tomada de decisões educacionais.

Trilhando esse novo caminho, buscou-se investigar o uso da avaliação externa, em especial do SAEB, tendo como foco os impactos da ANRESC/PROVA BRASIL, como instrumento para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem de uma escola localizada em um município no extremo oeste da Bahia, entre o período de 2007 e 2009, que superou o IDEB observado em 2007 de 2,1, obtendo aproximadamente o dobro em 2009 de 4,1, nos anos iniciais do ensino fundamental, segmento da 4ª série (5º ano).

Diante disso, este estudo buscou compreender a gestão do processo de ensino-aprendizagem, tal como é vista pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal, professores e coordenadores sobre os impactos dos resultados alcançados pela avaliação externa, que, a qualquer momento, será confrontada com as propostas municipais, estaduais e federais dos projetos de formação continuada desses profissionais.

2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Fundamentada no conceito de que avaliação externa envolve políticas e estratégias governamentais para o aperfeiçoamento institucional do sistema educativo e do processo de ensino-aprendizagem, em face dos resultados alcançados e divulgados pelo IDEB, efetivou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, já que essa abordagem aprofunda no mundo dos significados das relações humanas e das suas atitudes. Ademais, a pesquisa qualitativa preocupa-se com o nível da realidade que não pode ser quantificado. Em outras palavras, trabalha com o ambiente natural em profundidade, logo, tem como foco a natureza de processualidade, pois os fenômenos observados não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nesse contexto, esta pesquisa teve como metodologia o estudo de caso com base qualitativa que se concentrou na investigação pormenorizada e aprofundada, no seu contexto

natural (caso). Ou seja, para Fidel (1992), o estudo de caso tem como objetivo compreender o evento em estudo e, ao mesmo tempo, desenvolver teorias mais genéricas a respeito dos aspectos característicos do fenômeno observado.

Nessa perspectiva, a metodologia da análise de dados desta pesquisa baseou-se nas expressões escritas e orais elaboradas a respeito da qualidade, ao descrever detalhadamente comportamentos, citações diretas das experiências relatadas pelos pesquisados, documentos ou registros, gravações de entrevistas e interações entre indivíduos. Para tanto, os dados foram compartimentados em unidades menores, sendo em seguida agrupados em categorias, de modo a focalizar temas, padrões e conceitos. Feito isso, a pesquisa organizou os dados, objetivando uma visão mais geral das informações. Tal procedimento facilitou a elaboração das ideias conclusivas acerca dos resultados da pesquisa.

Os participantes desta pesquisa foram professores, coordenadores, gestores e a equipe pedagógica da Secretaria de Educação, que atuam nessa instituição e Município.

2.1 ANÁLISE DOS DADOS

2.1.1 Análise documental

Foi feita a análise documental da avaliação em larga escala, da estrutura e metodologia do SAEB, tendo como foco as competências e habilidades atestadas pelas matrizes de referências de Língua Portuguesa e Matemática, a partir do material fornecido pelo INEP/ MEC entre 2007 e 2009 da ANRESC/ PROVA BRASIL.

Também, foram selecionadas algumas falas que evidenciaram as medidas tomadas a partir dos resultados do IDEB de 2007 pela instituição pesquisada, bem como pela Secretaria Municipal de Educação para o avanço alcançado em 2009, entre esses o Projeto Pedagógico e outros.

2.1.1.1 Prova Brasil: sob a ótica nacional, da Escola e da Secretaria Municipal de Educação

Ao tomar por base as matrizes de referências do SAEB, identificou-se na estrutura do Documento que estas são o referencial curricular do que será avaliado em cada disciplina, informando as competências (conhecimentos) e habilidades (saber fazer) esperadas dos alunos. Essas matrizes têm por referência os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, sendo construídas a partir das propostas curriculares das Secretarias Estaduais de Educação e algumas municipais.

Observou-se que as matrizes de referência não englobam todo o currículo escolar. Apesar disso seu recorte curricular é representativo, uma vez que contempla as propostas vigentes no sistema educacional brasileiro.

A Prova Brasil, por sua vez, é um instrumento de aferição que avalia por meio de associação entre conteúdos da aprendizagem e as competências utilizadas no processo de construção do conhecimento. Em outras palavras, as competências cognitivas são analisadas a partir das habilidades operacionais do sujeito para resolução das situações propostas. Ademais, cada matriz de referência apresenta tópicos com descritores que sinalizam as habilidades de Língua Portuguesa e Matemática a serem avaliadas, logo, o foco é a capacidade de o sujeito saber resolver a questão solicitada, tendo como base os conhecimentos adquiridos no decorrer da sua escolarização. Assim, essas competências se transformam em habilidades.

Esse objetivo da Prova Brasil adquire maior relevância na apresentação dos descritores que constituem-se em seis tópicos. Desses, 21 indicam habilidades a serem avaliadas em cada tópico.

Com base nos tópicos e descritores analisados, observou-se que as competências e habilidades de leitura estão voltadas para a função social da língua, uma vez que essa é imprescindível para que o sujeito possa inserir-se no mundo letrado de forma consciente e autônoma. Para tanto, a ênfase dada ao recorte curricular é o trabalho com os diversos gêneros textuais em diferentes situações comunicativas (oral e escrita), tanto os textos mais familiares, como um bilhete, uma carta quanto os textos mais formais, como uma notícia, reportagem, anúncio, conto.

Entretanto, entende-se que questões referentes à quantidade e qualidade do ensino ainda merecem ser pensadas, principalmente devido aos espaços que ocupam nas políticas que regulam as avaliações externas, em destaque a Prova Brasil. Ademais, a divulgação dos resultados tem revelado o baixo desempenho dos alunos, o que permite compreender a dimensão dos problemas da educação com transparência, conforme preconiza o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule o controle social a respeito dos processos e resultados do ensino.

Com relação à matriz de referência da Matemática do Saeb e da Prova Brasil, tem centralidade na resolução de situações - problemas. Verificou-se que o desafio de resolver certas questões faz com que o aluno elabore estratégias de resolução a partir do conhecimento por ele já construído. No entanto, não traz informações metodológicas de como trabalhar em sala de aula, pois as questões de múltipla escolha não mostram com clareza as competências e

habilidades que o aluno deva ter. Em virtude disso, não revela ao professor se os conteúdos trabalhados em sala de aula foram assimilados pelo aluno, no entanto, os itens da Prova Brasil possibilitam uma reflexão a respeito dos recursos cognitivos utilizados pelo aluno para resolver as situações - problema.

Nessa análise, é preciso refletir acerca da avaliação externa, não de forma isolada, mas incorporada ao conceito de qualidade da educação. Trata-se de questões pertinentes à aprendizagem dos alunos, à formação de professores e à criação de um currículo que contemple as competências e habilidades exigidas pelas matrizes. Por outro lado, os resultados revelados permitem ao professor uma reflexão da sua prática em sala de aula, porém a maioria dos professores desconhece o significado do IDEB e as suas implicações para o processo de ensino - aprendizagem.

Com relação aos principais projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, pôde-se analisar o Documento, elaborado em agosto de 2009, tendo como tema: “Prova Brasil e o direito ao aprendizado”, com o propósito de contribuir para o entendimento acerca das competências e habilidades avaliadas na Prova Brasil. Constatou-se que esse projeto para formação continuada atendeu aproximadamente a 60 professores de 4ª a 8ª séries do ensino fundamental que lecionavam as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. O estudo aconteceu em dois momentos, com carga horária total de 8 horas, tendo como mediadoras as coordenadoras da Secretaria Municipal de Educação.

Pelo exposto, verificou-se que a avaliação é considerada por muitos como um processo complexo e multifacetado, porém tem ocupado um espaço relevante nas discussões atuais acerca do processo de ensino-aprendizagem e das políticas públicas. Nesse entendimento, observou-se o processo dialético da avaliação quando vista pelo prisma da aprendizagem e, em larga escala (externa), que deve ser analisada e redimensionada por ações administrativas e pedagógicas, uma vez que o MEC, com a sua política de regulação, incentivou os Municípios com pior desempenho a participarem das avaliações externas, a fim de receberem recursos financeiros, para que estabeleçam metas e ações articuladas às suas orientações.

Nesse contexto, evidenciou-se que, para combater a repetência, evasão e déficits de aprendizagem, o Governo Federal estabeleceu o IDEB como subsídio para o acompanhamento das metas e ações atestadas pelo MEC. Assim sendo, o Decreto nº 6.094/07, 2007, art. 9º, salienta que cabe ao PAR o “[...] cumprimento das metas do Compromisso e a observância das diretrizes” (SAVIANI, 2009, p. 59)

Em suma, é preciso que a avaliação externa seja entendida como indicadora dos problemas de aprendizagem, mas, sobretudo, refletir uma nova cultura que fundamente as políticas públicas de regulação e financiamento da educação. Para isto é indispensável uma gestão democrática e transparente das escolas e dos Municípios.

2.1.2 Análise das entrevistas

2.1.2.1 Implicações dos resultados da ANRESC/PROVA BRASIL no processo de ensino – aprendizagem

Nessa análise, faz-se necessário destacar que tanto as professoras quanto a diretora trabalhavam na instituição pesquisada antes mesmo de 2007, quando a escola obteve o IDEB de 2,1 e o superou em 2009, com 4,1 nos anos iniciais do ensino fundamental.

Graças a essa aproximação, a maioria das respostas apresenta sintonia, uma vez que se observou, nas falas das participantes, recortes de experiências vivenciadas pelo grupo.

As professoras A, B e C, como também a gestora A, salientaram que, logo após os resultados de 2007, houve reuniões com a Secretaria Municipal de Educação para discutirem o que representaria o Índice obtido pela escola no processo de ensino- aprendizagem.

Segundo a gestora, essas reuniões introduziram alterações na sala de aula, pois anteriormente havia um trabalho “solto”, enquanto que, a partir do IDEB de 2007, iniciou-se um trabalho voltado para a aprendizagem dos alunos. Também a professora A ratificou essa preocupação, ao afirmar que passou a dar uma atenção especial aos conteúdos e aos alunos que tinham maior dificuldade.

Assim como a gestora, a coordenadora A, que trabalhou na escola do início de 2008 até o término do ano letivo de 2010, também afirmou não ter tido conhecimento suficiente da Prova Brasil antes de ser aplicada nas escolas, mas procurou inteirar-se a partir do momento em que assumiu a coordenação da referida escola e se deparou com o baixíssimo Índice. Em relação à sua observação, quando chegou à escola percebeu que os profissionais não tinham conhecimento do indicador e que havia uma rotatividade de coordenadores. Em virtude disso, organizou o conselho de classe para discutir, traçar metas e ações do que poderia ser feito para melhorar, já que no ano seguinte seria aplicada a Prova Brasil.

Em consonância com esse propósito, a coordenadora A revelou que essas reuniões contaram com a participação dos professores, gestor, coordenação pedagógica e supervisão escolar, destacando:

[...] nós fizemos um momento de reflexão e de discussão no início de 2009 para a gente traçar as metas de como nós melhoraríamos. A escola foi contemplada com o PDE, em função desse índice baixíssimo, mas o PDE só foi aplicado depois dos resultados de melhoria que aconteceram em 2009 (coordenadora A).

Vale destacar que, apesar dessa escola contar com um quadro fixo de professoras das 3ª séries (4º ano) e 4ª séries (5º ano) do ensino fundamental, ainda enfrentava o problema da rotatividade com as professoras das duas primeiras séries (anos) e, principalmente, com os coordenadores. No entanto, a gestora pôde discernir com maior clareza essa questão quando contou por dois anos com a coordenadora A. Durante esse período, conseguiu realizar um trabalho mais articulado junto à sua equipe escolar e conheceu melhor a própria escola e a evolução dos seus alunos. Foi realizada no final de 2009 a Prova Brasil e a escola superou seu índice em quase o dobro, obtendo uma nota do IDEB de 4,1.

A coordenadora A revelou que, apesar das dificuldades que enfrentou a princípio, em relação à resistência por parte dos professores, houve mudanças significativas no planejamento docente.

Pelo exposto, observou-se que a avaliação externa foi algo novo na prática docente, apesar de ter sido implementada a partir dos anos 90. Essa política educacional constitui-se de metas e ações desconhecidas por muitos professores em seus saberes e fazeres pedagógicos. Ademais, apesar do caráter da proposta ser macro (federal, estadual e municipal), a sua efetividade depende do plano micro, ou seja, é nas escolas, mais precisamente nas salas de aula, que ela se materializa. Em outras palavras, o conhecimento da sua amplitude como política de regulação e, ao mesmo tempo, de incentivo à melhoria da aprendizagem pode garantir a parceria de todos pela equidade da educação.

Nessa perspectiva, as tensões vivenciadas pelas participantes revelaram que as relações presentes no interior das escolas refletem o tipo de sociedade em que estão inseridas. Está claro que há um clima de desconforto, de desconfiança em relação às novas propostas orientadas pelo MEC, mas em contrapartida há também uma vontade expressa nessas falas no sentido de mudar, já que não se pode desarticular o trabalho em sala de aula das políticas educacionais. A respeito disso, a gestora A afirmou: “[...], creio que é importantíssimo planejar em conjunto [...], eu sou uma gestora e professora, sempre participo do planejamento pedagógico e interfiro naquilo que acho legal [...]. A gente planeja em grupo e sempre auxiliando uns aos outros”.

Percebeu-se também na fala da coordenadora A, que apesar das dificuldades dos professores de planejar as aulas, de rever seu planejamento, sua metodologia, eles demonstraram durante todo o processo de discussão e decisões coletivas do grupo. Com isso, foi possível compatibilizar a avaliação externa e o planejamento curricular na escola, já que era preciso formar sujeitos leitores e escritores com competência linguística. Aliás, segundo Afonso (2005), os processos formais e informais de avaliação vão constituindo-se pelas mediações dos comportamentos dos alunos e pela prática pedagógica dos professores.

Em síntese, a avaliação contribui para o processo de socialização dos indivíduos da escola, uma vez que pode introduzir mudanças consistentes no sistema escolar na medida em que as necessidades desse contexto passam a ser redimensionadas por implicações dos processos avaliativos.

É importante reiterar que esta categoria compreende a análise das respostas dos participantes da pesquisa a respeito do entendimento das contribuições da Prova Brasil para o processo de ensino aprendizagem, destacando que a partir deste serão acrescentadas falas de quatro coordenadoras B, C, D e E, além da gestora B, da Secretaria Municipal de Educação, e da coordenadora A, da escola pesquisada.

A esse respeito, foi perguntado às coordenadoras B, C, D e E como a implementação do SAEB e da ANRESC/PROVA BRASIL influenciou os projetos pedagógicos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação. Elas afirmaram que a Prova Brasil mobilizou as escolas e a Secretaria porque os níveis de proficiência atestadas foram importantes para o bom desempenho dos alunos, uma vez que as maiores dificuldades estão relacionadas às competências e habilidades básicas de leitura, escrita e interpretação. Ademais, segundo a gestora B, deve ser feito um trabalho de adequação, ler as diretrizes de Língua Portuguesa e Matemática, entendê-las e ver se no planejamento do professor é possível adequá-las por meio de atividades inseridas na realidade dos alunos e da escola.

Por essa razão, a gestora e os coordenadores constataram que era preciso intensificar os encontros pedagógicos para a formação continuada, a fim de em conjunto com os professores passassem a ter um entendimento melhor das implicações da Prova Brasil no processo ensino-aprendizagem.

Ainda a esse respeito, a gestora B acrescentou que a Prova Brasil:

Serve de lastro para a gente pensar assim: A gente precisa melhorar essas habilidades, a própria qualidade, mas o problema que a gente acaba tendo em leitura e escrita, em interpretação, resolução matemática. Então, quando a gente diz que uma avaliação externa tem esse impacto, é pra gente observar e dizer: Até que ponto a forma como estamos nos organizando tem dado

resultados positivos pra nós mesmos? Quando você pega as diretrizes das disciplinas que eles fazem a prova e você compara com o que você tem para o planejamento pedagógico, com o que se propõe na Prova Brasil, [...] dá para alinhar o trabalho pedagógico à proposta da Prova Brasil, porque é nesse sentido, que vejo a Prova Brasil, como um eixo, um lastro (gestora B).

Em face das informações acima, observou-se que o IDEB contribuiu para a compreensão do perfil das escolas do Município na medida em que considera o número de aprovados, de reprovados e além da aprendizagem dos alunos, como dados importantes que, juntos, compõem a “nota” de cada escola. Nessa perspectiva, a coordenadora C disse que: “[...] é preciso mudar a concepção dos professores sobre avaliação, isto é, de que a avaliação é para reprovar [...] Então, os critérios do IDEB desmitificam essa ideia distorcida de avaliação”.

Isso significa dizer que, em termos de avaliação, é preciso considerar as interfaces entre as dimensões qualitativas e quantitativas para atender positivamente às exigências das novas políticas educacionais, já que os indicadores da Educação Básica expressam em números informações que vão além do processo ensino-aprendizagem, pois revelam as condições socioeconômicas dos alunos, das escolas e municípios (VIEIRA, 2009).

Desse modo, verificou-se que houve mudanças tanto na escola pesquisada quanto no município em geral, por meio de um trabalho articulado entre a proposta da Prova Brasil e o planejamento pedagógico dos envolvidos, uma vez que se procurou melhorar a qualidade do material pedagógico desde os textos impressos até a diversidade de informações que circulam socialmente e que passaram a fazer parte da rotina do processo educacional, baseado na perspectiva de letramento.

Por outro lado, evidenciou-se uma preocupação a respeito da Prova Brasil por parte das coordenadoras A e C. As falas abaixo destacam essa questão:

Eu vejo a contribuição efetiva da Prova Brasil no refletir do grupo, do gestor, dos docentes e de fazer com que a família seja inteirada disso, não da escola estar no melhor *ranking*, mas dos nossos alunos [...] aprenderem a ler de fato, interpretar. Nesse aspecto ela está contribuindo, mas vejo que, mesmo que o MEC divulgue por meio da mídia esses índices, no interior das escolas ainda precisa de uma melhor divulgação sobre a Prova Brasil, como acontece esse processo, como se calcula esses índices e pegar todo o material que o MEC articular ao currículo de todas as escolas e regiões para estar inserindo isso para os alunos com qualidade (coordenadora A).

[...]. Tenho experiência de escolas que alcançar uma nota muito boa [...]. Tenho análise de todas as escolas do Município e infelizmente elas não foram contempladas com o PDE e isso faz com que muitos professores, gestores e coordenadores fiquem contrariados. Eles se esforçam para desenvolver atividades sem muitas condições, sem melhor condição e atingem aquela nota e não recebem esse incentivo do PDE. Por isso, é necessário repensar esse tipo de situação em virtude da aprendizagem dos alunos (coordenadora C).

Mais uma vez, destacou-se nessas falas a preocupação com a divulgação dos objetivos e das implicações da Prova Brasil no processo de ensino - aprendizagem. Talvez a ênfase dada seja maior em relação à divulgação dos resultados, o que pode promover a ideia de *ranking*. A esse respeito Freitas (2009, p. 52) diz que “[...] tais resultados devem ser para consultas de cada professor ou da própria escola e não para se criar ranqueamentos de desempenho entre professores e escolas”.

Por esse prisma, entendeu-se que os resultados divulgados pelo IDEB não devem ser compreendidos como forma de premiação, punição ou como fator de competitividade, mas como possibilidade de identificar os problemas, a fim de superá-los. Paraphrasing Freitas (2009), a avaliação deve ser proposta em três níveis simultaneamente, isto é, da aprendizagem em sala de aula, da instituição escolar e em redes.

Outro ponto que merece destaque concerne aos projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, impactados pela Prova Brasil que emergiram a partir da reflexão coletiva, especialmente nos encontros pedagógicos. Quando revelados alguns problemas das escolas, que se refletiam no processo educativo da sala de aula. A fala a seguir evidencia essa questão:

Um dos aspectos positivos [...] tem uma avaliação externa que é divulgada, que aparece bem ou não. E isso acaba sendo o referencial [...]. Avaliar se o IDEB foi bem ou não baseado em que, só no resultado da Prova, a Prova compreende 60% das habilidades atestadas, mas o restante tem um dado onde você não aparece bem e, isso precisa de replanejamento, sim. A equipe de professores, gestores e secretaria precisa se perguntar: O que está faltando em termos materiais para que a minha escola fique bem? Então está faltando por [...] transportes para as crianças irem à escola (não faltarem), merenda. Quando falta merenda uma semana, por exemplo, a criança falta. Então houve todo um processo, houve vários fatores que contribuíram para esse Índice baixo. Por isso, se pensou em toda uma questão estrutural, a prova serviu para a gente pensar que percalços a gente tá permitindo que aconteça no Município para que as crianças tenham um resultado ruim (gestora B).

Por esses motivos e considerando os fatores internos acima destacados, como determinantes do desempenho escolar dos alunos, constatou-se que a escola sem apoio administrativo externo dificilmente pode estruturar as suas ações com eficácia e efetividade. No entanto, como declara Gomes (2005, p. 283): “A estrutura da escola e do sistema educacional foi por muito tempo comparada a uma caixa preta, que processava insumos e oferecia resultados à sociedade”. Para o autor, atualmente não é possível essa comparação quando se pretende avaliar os problemas enfrentados no cotidiano das escolas. Em outros termos, ele faz referência às “camadas da cebola” para refletir as diversas dimensões do

processo educativo que dependem da adesão coletiva que poderão nortear ações em prol da melhoria do rendimento escolar.

Nesse contexto, verificou-se que algumas ações por parte da coordenação e gestão da escola foram configurando o trabalho pedagógico, a partir do resultado obtido em 2007. As principais ações desenvolvidas foram: reuniões pedagógicas voltadas para o estudo das matrizes de referências do SAEB; organização do Conselho de Classe; acompanhamento rigoroso do planejamento pedagógico; estratégias articuladas ao PDE/PAF para aquisição de materiais, formação do professor e melhoria na infraestrutura.

Diante do exposto, observou-se que a Prova Brasil incentivou uma nova dinâmica de trabalho nessa instituição, uma vez que trouxe importantes elementos que nortearam o fortalecimento de ações mapeadas pela necessidade local. Desse modo, foi perceptível a mobilização de todos os segmentos da escola, que exigiu uma mudança significativa no seu planejamento administrativo e pedagógico. Como argumentam Antunes e Padilha (2010), a gestão democrática é desafiadora, mas os conflitos podem ser mediados pelo diálogo, o que impulsiona novas aprendizagens e possibilidades de transformações.

De fato, a mobilização da instituição pesquisada elevou o resultado em 2009, alcançando o IDEB de 4,1, visto que as alterações mencionadas pelas professoras, coordenadoras e gestora da escola mostraram que foi preciso um trabalho coletivo, articulado com as diretrizes da Prova Brasil, para o alcance desse resultado.

Sendo assim, o estudo também mostrou informações a respeito dos projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação a partir desses resultados. Constatou-se que esses dados serviram para subsidiar as ações abaixo: reuniões pedagógicas com os gestores e coordenadores das escolas; cursos de formação continuada para professores, gestores e coordenadores; material de apoio para o desenvolvimento dos projetos nas escolas; reestruturação na seleção de professores, no pregão para o transporte e na distribuição da merenda escolar; reelaboração das matrizes de avaliação do Município.

Portanto, percebeu-se que, no campo da avaliação, apesar da preocupação com o uso do IDEB para aferir o desempenho dos alunos e instaurar uma política de prestação de contas das escolas (*accountability*), por meio da divulgação dos resultados para a sociedade brasileira, observou-se que atualmente há uma preocupação maior por parte das escolas e dos municípios com o redimensionamento do trabalho pedagógico e administrativo. Como pôde ser verificada nas falas das entrevistadas, a presença de trabalhos focados na formação do professor, na melhoria dos materiais didáticos e no acompanhamento do processo educativo revela mudanças nas posturas, objetivos, metas e ações que contemplam as propostas da

avaliação em larga escala, principalmente, no quesito gestão democrática. Portanto, foi perceptível em todas as falas das entrevistadas que é preciso compromisso com a escola e com a aprendizagem dos alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou a complexa relação entre as proposições das novas políticas públicas e a materialização dessas nos espaços escolares, pois, ao mesmo tempo em que a avaliação externa, gera informações para subsidiar o trabalho pedagógico das escolas, instaura um clima de competição ao divulgar os resultados do IDEB de cada escola. Entretanto, esse Índice fornece à escola, Secretarias e sociedade dados a respeito do desempenho dos alunos, mesmo com certas limitações, apresenta uma visão mais totalizante das instituições avaliadas.

Os resultados da pesquisa revelaram algumas ações articuladas às diretrizes teóricas e metodológicas apresentadas pela Prova Brasil, bem como às ações e metas estabelecidas pelo PDE. As respostas ressaltam, ainda, que essa cultura avaliativa tem provocado impactos tanto nas questões pedagógicas quanto nas administrativas. Evidenciaram também, que a Prova Brasil amplia a possibilidade de estabelecer o diálogo para a concretização do regime constitucional de colaboração entre os sistemas de ensino.

Os resultados sugeriram que os professores, coordenadores, gestores e Secretarias precisam compreender o que os números do IDEB representam para o ensino; superarem as ideias de *ranking*; inserirem na vivência do processo educativo das escolas, as competências e habilidades das matrizes de referências verificadas na Prova Brasil, já que são consideradas básicas para o desenvolvimento e aprendizado da leitura e escrita; apresentarem transparência nos princípios e objetivos que norteiam as avaliações externas em larga escala e que seus resultados retornem as escolas e se traduzam colaborativamente em ações para superar as dificuldades do processo de ensino – aprendizagem, respeitando a singularidade de cada escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In: PAGEL, Sandra Denise, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). Indagações sobre o Currículo. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2007.

BOGDAN, Robert. BIKLEN; Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Ed. Porto, 1994.

BONAMINO, Alicia C de. Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referências, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, INEP, 2008.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 2009.

FIDEL, DIAS, Claudia. Estudo de Caso: ideias importantes e referências, 1992. Disponível em www.geocities.com/claudiaad/casestudy.pdf. Acesso: 27 de set/ 2010.

FREITAS. Luiz Carlos de (Org). Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GOMES, Candido Alberto. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. Ensaio: avaliação das políticas públicas em educação. Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 281 – 306. jul/set, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resultados e metas**. Disponível em: www.sistemasideb.inep.gov.br/resultado/ Acesso em: 20 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ibge cidades. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades.br/2010 Acesso em: 20 out. 2011.

SAVIANI, Dermeval. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica. As estratégias do Banco Mundial. In: TOMASI, Lívia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial da Educação Básica**. 2ª ed. Fortaleza: UECE, 2003. p. 125-139.

SOUZA, Alberto de Mello e (Org.). Dimensões da avaliação educacional. Petrópolis: Vozes, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

